



DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL EM REGIÕES DE FRONTEIRA: O RIO GRANDE DO SUL E A REDE DE DIREITOS HUMANOS

ENRIQUE SERRA PADRÓS*

O texto¹, a seguir, apresenta algumas reflexões da pesquisa “Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva”, que venho realizando, desde 2012, junto com o arquivista e professor da UFRGS Jorge Eduardo Enriquez Vivar. O projeto centra o foco na experiência do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), organização surgida em Porto Alegre, no final dos anos 70. A mesma associa a sua origem às práticas de apoio e solidariedade a cidadãos perseguidos por questões políticas nos diversos países do Cone Sul atingidos pelas Ditaduras de Segurança Nacional que se impuseram na região durante as décadas de 60 a 80.

1 - Sobre o projeto e seus objetivos

O MJDH teve significativo protagonismo na luta contra o terrorismo de Estado existente na região, durante esse período, principalmente através de dois tipos de ações vitais para a sobrevivência de cidadãos que, tanto no Brasil como nos países vizinhos foram perseguidos por causa de suas convicções políticas: a primeira, contribuindo na conformação de uma rede de solidariedade que permitiu retirar da região, com ajuda de outras entidades, centenas de pessoas ameaçadas ou reprimidas pelos regimes discricionários vigentes; a segunda, denunciando e atuando concretamente diante de casos inseridos dentro dos marcos da conexão repressiva regional e, de forma mais específica, do

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em História.

¹ Este trabalho é uma síntese adaptada do capítulo “Cone sul: resistência e solidariedade em tempos de Ditaduras de Segurança Nacional”, que abre a obra de autoria do autor deste artigo e de Jorge E. E. Vivar: “Memórias da resistência e da solidariedade: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva”. Porto Alegre: Ed.ASF-Brasil, 2013. 904 p.



Plano Condor (entre outros, são emblemáticos os casos Celiberti-Rodríguez Díaz, Ruggia, Viñas e Habegger).

Considerando o rico histórico do MJDH, e diante da necessidade de possibilitar que as novas gerações conhecessem esse passado recente, emoldurado por um autoritarismo que teve na articulação dos serviços de inteligência, de segurança e das unidades executoras um dos seus rostos mais nefastos, o projeto se focou nos registros das memórias de sobreviventes da conexão repressiva existente no Cone Sul, entre 1964 e 1990, bem como de militantes que participaram da rede de resistência e solidariedade nucleada ao redor de entidades semelhantes ao MJDH. Pretendeu-se com isso, contribuir no resgate de uma das faces menos conhecidas e mais perversas das Ditaduras de Segurança Nacional, a forma articulada como elas atuaram contra os opositores políticos da região. Tal temática ainda é pouco estudada e conhecida. Tendo em mente esta preocupação basilar, a proposta sobre o resgate da formação e existência de uma rede de denúncia, proteção e solidariedade, visou, como um dos seus objetivos centrais, a produção de fontes orais para a pesquisa e sua disponibilização para o conjunto da sociedade, dentro das diretrizes e dos postulados do “Direito à Memória e à Verdade”.

Durante os anos de 2009 e 2011, fruto de outro projeto, Arquivistas sem Fronteiras/Brasil (organização à qual estamos vinculados) realizou a organização da massa documental do MJDH, dando-lhe sentido histórico e constituindo-o como um acervo estruturado segundo a norma arquivística. A partir dessa tarefa e da análise e contextualização da informação contida, realizou-se a avaliação de uma série de fatos que, de certa forma, norteou a escolha dos temas, trajetórias e estratégias de luta e sobrevivência dos protagonistas escolhidos, os quais são parte de um emaranhado de histórias, vivências, memórias e fatos que muitas vezes se entrecruzam e ajudam a recuperar o cotidiano repressivo e os efeitos produzidos, bem como as modalidades de luta, resistência e sobrevivência de perseguidos políticos nos países do Cone Sul. Salienta-se que tais experiências ocorreram dentro de uma região bastante particular, que tem como epicentro o sul do Brasil (principalmente o Rio Grande do Sul) e as zonas de fronteiras compartilhadas



com o Uruguai e a Argentina. Como se verá, tal região constitui em si, uma espécie de unidade política, cultural e histórica, uma zona/região de fronteira de limites imprecisos, permeada por códigos, tradições, valores e vinculações que persistem no tempo. Sobre esse espaço comum articularam e combinaram tendências, dinâmicas e lógicas de um processo histórico que gerou, paulatinamente, processos de deterioração democrática em cada um dos países, com cronologia inicial própria, mas que, contudo, acabaram coincidindo no tempo a partir de um determinado momento. Esses fatores tiveram grande impacto na conformação e implementação daquilo que se conhece como conexão ou coordenação repressiva amparada nas diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional² e do Terrorismo de Estado.³

O arquivo de fontes orais produzido aponta para dois resgates fundamentais: de um lado, o de relatos que contribuem para dimensionar a conexão repressiva, o alcance das ameaças binacionais, o medo cotidiano, a sensação de desamparo e a percepção da

² A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constituiu uma base de diretrizes que serviu de substrato comum para a atuação golpistas das Forças Armadas na região, no contexto da Guerra Fria. Posteriormente, muitos dos seus princípios foram incorporados e aplicados pelas ditaduras resultantes (por isso entendemos ser apropriada a caracterização destas como Ditaduras de Segurança Nacional). Entre os principais eixos a destacar, para os objetivos deste artigo, estão o anticomunismo militante, a contra-insurgência, a identificação de um conceito muito flexível de inimigo interno, a execução da “guerra interna” (transformada em *guerra suja*), o novo rol político das Forças Armadas e a imposição do princípio da primazia das fronteiras ideológicas. Em cada caso nacional, o peso desses fatores foi variável, mas não estiveram ausentes. A DSN, ao ser incorporada como fundamento teórico da proteção da sociedade nacional a partir de um Estado que precisava esconder sua essência antidemocrática, configurou um “estado de guerra permanente” contra o suposto e difuso “inimigo interno”.

³ O Terrorismo de Estado (TDE) constitui uma estrutura de dominação e disciplinamento aplicada de acordo às necessidades particulares dos promotores dos golpes de Estado em cada país da região. Uma administração implementa o TDE quando potencializa todos os mecanismos, âmbitos e recursos que estão a sua disposição, a partir de uma lógica de uso ostensivo, extensivo e intensivo de medidas repressivas, atropelando os limites constitucionais democraticamente estabelecidos, sem sofrer controle ou restrição de nenhuma instituição que ainda responda, de alguma forma, à sociedade civil. No caso das ditaduras latino-americanas, o TDE foi o atalho repressivo que permitiu acelerar a superação dos seguintes desafios: primeiro, a eliminação dos focos considerados mais ameaçadores, os “inimigos internos” associados com a “sedição” ou a “subversão”; segundo, o enquadramento geral da população, inclusive o setor considerado mais refratário, ao novo padrão de comportamento político desejado e à obediência às diretrizes dos setores que assumiram o controle do poder; terceiro, a moldagem das instituições a fim de obter, mediante cooptação, obediência voluntária e adesista, uma refundação nacional segundo os princípios norteadores da DSN. Aprofundi esta questão nos seguintes textos: “Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional”. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 15-22; e em “Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional.” *História e Luta de Classes*, nº 4, julho 2007. p. 43-49.



existência de fronteiras que, dependendo da conjuntura, foram barreiras quase intransponíveis para quem tentava fugir, mas muito fluidas para a colaboração repressiva; do outro, o de ações de solidariedade que salvaram muitos perseguidos políticos, ou que tornaram público, através de denúncias em situações sempre de alto risco, o tratamento desumano sofrido pelos presos políticos da região. A diversidade nacional dos registros não impede o reconhecimento da existência de um pano de fundo comum (o Cone Sul das Ditaduras de Segurança Nacional), de uma dinâmica policial articulada (a conexão repressiva) e da atuação de redes de solidariedade, entre as quais, a nucleada em volta do MJDH.

As memórias coletadas expressam uma diversidade e singularidade de situações muito pouco conhecidas, pois tanto as ações repressivas quanto aquelas de resistência e solidariedade tiveram, quase sempre, aspectos clandestinos. Nesse sentido, é inegável a riqueza de relatos que incidem sobre: a) a sobrevivência diante da conexão repressiva (binacional, fronteira, pré-condor ou condor); b) a luta dos que procuraram vencer as barreiras do medo para denunciar, do *outro lado da fronteira*, o desaparecimento dos seus familiares e as terríveis condições enfrentadas em situação de detenção; c) as formas veladas e cotidianas de resistência; d) as ações de atuação solidária e a articulação de redes que se projetam pelo sul do Brasil, tentando retirar de zona de perigo cidadãos perseguidos nos países vizinhos.

Tais depoimentos permitem resgatar histórias que integram as experiências de cidadãos argentinos, brasileiros e uruguaios, e reafirmam dois entrecruzamentos temporais significativos e ainda vigentes. Um, em um passado comum, no qual trajetórias individuais ou coletivas se reconheceram por semelhança e se aproximaram, até encontrar um ponto de intersecção na rede de solidariedade que lhes deu acolhida. O outro, na atualidade, na luta comum, em toda a região, pelo resgate da história recente, pelos debates sobre responsabilidades dos crimes estatais ou pela abertura dos arquivos repressivos entra outras tantas questões que assinalam um presente de “explosão da memória” sobre esse passado que não passa enquanto as sociedades não olham de frente para ele.



Entre os objetivos norteadores do projeto consideramos importante destacar: 1) a luta do MJDH e das redes de solidariedade como resistência concreta contra os regimes repressivos e seus mecanismos desestruturadores e destrutivos; 2) a recuperação de depoimentos de protagonistas brasileiros, argentinos e uruguaios relacionados com a atuação do MJDH no contexto das Ditaduras e focados no âmbito da perseguição promovida pela conexão repressiva regional ou nas ações de solidariedade com aqueles; 3) a transformação de memórias esparsas em fontes estruturadas como um todo organizado, coerente e contextualizado; 4) o registro do *modus operandis* da articulação das Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, sua dinâmica de atuação, e o cotidiano de medo gerado e disseminado de forma transfronteiriça; 5) o resgate das formas de resistência e colaboração solidária visando proteger os perseguidos políticos da região e os mecanismos utilizados para burlar as fronteiras repressivas - rigorosos controles migratórios, burocracia, alfândegas e controles de fronteira -, obtenção de salvo-condutos, retirada de pessoas da região, etc.; 6) o voluntarismo político de determinados setores sociais e políticos que apontam para a necessidade de obter resultados condizentes com as demandas da tríade “Verdade-Memória-Justiça” e do “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”.

2 - Cone Sul: cenário de Ditaduras de Segurança Nacional e de Terrorismo de Estado

No final dos anos 50, no cenário da Guerra Fria, a América Latina sofreu dois processos que a abalaram profundamente. Em primeiro lugar, a crise resultante do esgotamento de modelos econômicos e o conseqüente fim dos saldos comerciais acumulados durante a Segunda Guerra Mundial, o aumento dos custos da terceira revolução industrial e a drenagem de riquezas em benefício de grupos estrangeiros. Em segundo lugar, o impacto da Revolução Cubana e da construção de um poder popular e socialista no continente, exemplo para a luta antiimperialista na região.



A combinação dos efeitos desses dois processos - marcando profundo desequilíbrio social e intensa mobilização política dos setores populares organizados - levaram os Estados Unidos a reavaliar a nova situação e os aliados necessários para conter tamanho perigo, além de lançar feroz ofensiva contra qualquer ameaça contra seus interesses e dos setores dominantes locais. Na sua essência, o que se temia na região era que a multiplicação de focos de contestação e a irrupção de governos de centro-esquerda levassem a uma *cubanização* da América Latina.

O golpe de 1964, no Brasil, abriu a etapa dos regimes apoiados na Doutrina de Segurança Nacional, antecipando o que em pouco menos de dez anos seria um oceano de ditaduras espalhadas pelo Cone Sul, interconectadas como uma teia de aranha diante de suas necessidades de controle sobre a oposição derrotada, dentro e fora do país. A violência estatal foi uma constante. Para atingir os comportamentos mais cotidianos de convivência, como forma de impor a sua ordem e normativa, essas ditaduras implementaram um plano sistemático e bem organizado de violação política, física, psicológica, massiva e sistemática dos direitos humanos. Assim, desencadearam ações repressivas inéditas e seu maior refinamento foi a aplicação da metodologia da seqüência seqüestro-detenção ilegal-tortura-execução-desaparecimento, com os efeitos invariáveis de responsabilidades não assumidas, imposição de impunidade para os executores e geração de uma *cultura do medo* no interior da sociedade. Dentro desse quadro há de se considerar a especificidade dos esquemas de colaboração efetiva, entre as ditaduras da região; dentre eles, o mais sofisticado e destrutivo de todos foi, certamente, o pacto clandestino que assumiu a terrível figura do Plano Condor.

3 - O MJDH e a repressão regional: apontamentos introdutórios

A dinâmica de atuação do MJDH é a expressão da superposição de dois conjuntos de ações que, de forma geral, englobam os casos dos que participou. Efetivamente, dessa diversidade e singularidade de situações pouco conhecidas, inclusive pelo perfil clandestino



e sigiloso das mesmas, resultam lógicas de atuação dentro da dimensão maior da resistência e da solidariedade. Por ser parte de uma rede de trânsito clandestino de informação proibida (tanto do interior para o exterior da região, quanto no fluxo inverso), colaborou, estrategicamente, na tentativa de ligação das resistências internas dos países atingidos pelos regimes de exceção, com as oposições organizadas nos exílios; o mesmo se pode dizer quando, em situações mais duras, serviu como canal de denúncia extra-regional.

O MJDH surge como organização criada, originalmente, por um grupo de militantes que participavam sem vínculo orgânico na resistência contra a ditadura brasileira iniciada em 1964. Sua base de atuação foi a cidade de Porto Alegre, mas com desdobramentos em eventos espalhados por todo o Estado do Rio Grande do Sul. Nos anos 70, sua ação informal transbordou a capacidade das pessoas que trabalhavam junto colando cartazes, manifestando solidariedade e prestando auxílio jurídico àqueles que precisavam, em um contexto de muito temor. Efetivamente, sua atuação “não oficial” e a difusão da sua existência através dos mecanismos subterrâneos de transmissão de informação no entorno do universo dos perseguidos políticos gerou uma crescente demanda de ação. Realizar operações clandestinas de acolhida na zona de fronteira, receber clandestinamente pessoas que fugiam do Uruguai e da Argentina, escondê-las em solo gaúcho, conseguir-lhes documentos e levá-las a porto seguro, passaram a ser parte da delicada rotina do MJDH. Foi de esta forma que, em contato direto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e junto com outras organizações semelhantes, ajudou a retirar da região aproximadamente umas duas mil pessoas (em diversas situações foi necessário retirar núcleos familiares inteiros).

O MJDH ganhou notoriedade sobretudo a partir dos desdobramentos do sequestro no formato condor ocorrido em Porto Alegre (1978), do qual foram vítimas Lílian Celiberti, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Rodríguez Díaz. Esse fato, seminal na história da organização, também propiciou destacado protagonismo ao jornalista Luiz Cláudio Cunha e ao advogado Omar Ferri. O “sequestro de Porto Alegre” acabou intensificando os laços de solidariedade com a sociedade uruguaia reprimida - a realidade



uruguaia foi objeto de constante denúncia do MJDH e da sua discreta e corajosa rede de contatos nos meios de informação locais, nacionais e internacionais. Cabe mencionar que, nesse momento, a imprensa brasileira vivia um momento diferente em comparação com seus similares platinos no que se refere à censura e outras formas de controle; por isso, parte dela, ecoou, com certa cautela, tais denúncias, propiciando a distribuição de informação para fora da região.

Outro tipo de contribuição que organizações como o MJDH ofereceu, foi dar voz a aqueles inúmeros familiares que, vencendo as barreiras do medo, buscavam informações sobre seus entes queridos detidos ou desaparecidos, ou que somente tratavam de denunciar as duríssimas condições do sistema carcerário uruguaio. Dentro desta modalidade de atuação deve registrar-se a denúncia internacional apresentada por mais de uma dezena de cidadãos orientais, em Porto Alegre, em outubro de 1980, em um ato público articulado pelo MJDH diante de representantes do SIJAU e da OAB. Desse ato participaram, entre outros familiares, as emblemáticas María Ester Islas de Gatti e Tota Quinteros. Conectada com o Movimento, embora não exclusivamente, a resistência uruguaia tinha em Porto Alegre um forte canal de difusão. O mesmo destino, quando de comum acordo, tinham as cartas escritas pelos próprios denunciantes que, muitas vezes, sem outra pista que um telefone ou um endereço passados por algum companheiro, chegavam ao MJDH com um simples pedido de ajuda.

Pouco a pouco, o MJDH incorporou, no seu cotidiano de denúncia contra os regimes autoritários e de colaboração com as vítimas de perseguição política, a preocupação em como “retirar” gente da região. Esta foi uma demanda também enfrentada em caráter de urgência por entidades como Clamor, Cáritas ou a Comissão Justiça e Paz. Nesse contexto de repressão e medo, e retrocessos repressivos no Brasil, se desenvolveu um trabalho que permitiu a saída, em poucos anos, de centenas de perseguidos políticos do Cone Sul. O ACNUR desempenhou o papel central, contando com a parceria de entidades como as citadas. A urgência da luta pela sobrevivência impôs uma árdua e delicada missão de viabilizar a obtenção de asilo para as vítimas perseguidas. Um dos exemplos mais



emblemáticos e complexos, nesse sentido, foi o operativo armado para a fuga do biofísico uruguaio Claudio Benech, preso no seu país. Junto com a sua esposa e os filhos mais velhos, Benech fugiu do Uruguai em 1º de janeiro de 1981, através de uma operação minuciosamente preparada para tirá-lo da capital uruguaia, levá-lo até a fronteira, ajudá-lo a atravessá-la com um mínimo de segurança e, por fim, escondê-lo na penumbra protetora de Porto Alegre. Ainda, uma infra-estrutura solidária permitiu-lhe viver no Brasil durante muitos meses, até sair, definitivamente, da região.

Uma dimensão mais conhecida sobre a atuação da organização é a concernente a vários casos que possuem relação direta ou indireta com a Operação Condor. Além do citado caso Celiberti-Rodríguez Díaz, houve o fato da espionagem sobre o líder da oposição uruguaia, o ex-senador uruguaio Wilson Ferreira Aldunate - quando este, ainda exilado, participou de um evento político organizado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, aproveitando para fazer contatos políticos com dezenas de militantes provenientes de todos os pontos cardeais do Uruguai -, e os esforços para tornar público e dar inteligibilidade aos casos de cidadãos argentinos desaparecidos em território brasileiro.

Em tempos democráticos, o Movimento continua acompanhando casos relacionados com a ação do *condor*. Nos últimos anos tem-se envolvido nos debates sobre as hipotéticas causas da morte do ex-presidente João Goulart. Da mesma forma, denunciou a presença do repressor uruguaio Manuel Cordero em território brasileiro, depois que este fosse considerado fugitivo pela justiça uruguaia. O Movimento fez um permanente monitoramento da estadia do repressor na cidade de Santana do Livramento, cidade geminada à uruguaia Rivera, e participou ativamente divulgando informação junto à população e às autoridades competentes sobre os crimes de que era acusado Cordero, tanto no Uruguai quanto na Argentina, onde atuara como um dos principais oficiais do esquema condor uruguaio. Na atualidade, mesmo com Cordero extraditado à Argentina, o MJDH acompanha os passos do processo em andamento, contribuindo com informação sempre que solicitado.



Como já foi referido anteriormente, o acontecimento que melhor ilustrou a história do MJDH com a luta de resistência e denúncia ante as ditaduras de segurança nacional e de solidariedade com suas vítimas, foi o concernente àquele que ficou conhecido como “seqüestro dos uruguaiois em Porto Alegre” ou “caso Celiberti-Rodríguez Díaz”, o operativo condor mais evidente no Brasil e que virou um marco na luta interna do país pela recuperação das liberdades e da democracia. Uma vez tornado público o fato, o Movimento se integrou à exigência de esclarecimentos sobre o ocorrido, somando forças com o intuito de investigar e cobrar responsabilidades. Na pessoa de Jair Krischke e principalmente do advogado Omar Ferri, representou uma peça fundamental no emaranhado de situações que se desenvolveu a seguir; da mesma forma, a acolhida que deram a Lilia Terron Rosas Celiberti, mãe de Lilián Celiberti, quem, conhecedora da lógica repressiva que se havia desatado contra o PVP (a organização política dos sequestrados) na Argentina, abalou Porto Alegre com seu clamor desgarrado: “Entreguem meus netos, pelo menos!”. (FERRI, 1981:45)

A complexidade deste caso desvelou, na prática, o funcionamento da colaboração entre os governos, a metodologia de atuação dos comandos condor, a porosidade das fronteiras ante a atuação repressiva, a compreensão do que significava “combater o inimigo interno” e “defender as fronteiras ideológicas”. O MJDH teve papel relevante nos desdobramentos posteriores vinculados a esse acontecimento (o desmonte da “farsa de Bagé”, a denúncia realizada pelo ex-agente repressor Hugo García Rivas, etc.); quando Lilián e Universindo recuperaram sua liberdade, o Movimento os representou em ação pública contra o Estado gaúcho.

4 - Rio Grande do Sul: região, fronteira e epicentro de repressão e resistência

Como visto, a atuação do MJDH teve como epicentro geográfico o território do Estado do Rio Grande do Sul. A compreensão do significado dessa atuação está



diretamente vinculada à localização desse espaço a partir de uma perspectiva que não pode ser nacionalmente limitada, mas que precisa ser ampliada a uma dimensão regional (Cone Sul). O Rio Grande do Sul se constituiu, desde o início da sua existência, como ponta de lança do império brasileiro nos Estados platinos. O fato de possuir simultaneamente fronteira com Argentina e Uruguai deu a esse estado uma configuração e um protagonismo político-estratégico muito particular, especialmente diante de processos e contextos de tensão ou de aproximação entre o Brasil e os países citados.

Características físicas, humanas e culturais comuns ou aproximadas - o pampa interminável, uma natureza razoavelmente assemelhada e diversos aspectos sócio-culturais que se encontram ancestralmente ao longo da história –, estimularam a confluência de inúmeras interações individuais e coletivas ambientadas nos longos anos de chumbo que assolaram a região. Sendo assim, não é nenhum exagero considerar a existência de um *Rio Grande do (Cone) Sul*. Nem a língua, fator razoavelmente restritivo, foi barreira intransponível para a constituição de santuários que possibilitassem recuo (*replieque*), proteção, recuperação e reorganização das organizações perseguidas, ou simplesmente para servir de base, ponto de passagem ou trampolim para sair da região rumo a latitudes mais distantes e seguras.

O fato de ser um estado fronteiro permitiu que pelo seu território transitassem, desde 1964, perseguidos políticos brasileiros que partiam para o exterior, particularmente para reunir-se com os círculos de exilados que, logo após o Golpe de Estado, se localizaram no Uruguai (e posteriormente se deslocaram, em grande parte, para o Chile). A presença dessa comunidade de exilados, nos países do Cone Sul, tornou o espaço gaúcho uma espécie de ponte de conexão entre a resistência interna e aquela organizada no exterior (“pombos-correios”, “esquema de fronteira”, etc.). Mas também foi percebido como um corredor entre dois cenários sensivelmente diferentes para as vítimas de perseguição: um cenário interno de muito perigo e insegurança, e outro, externo, onde era possível retomar um clima de relativa normalidade e segurança.



A partir de meados da década de 60 a situação se tornou mais complexa com a radicalização da dinâmica política nos países vizinhos, consequência da deterioração interna e o crescimento do autoritarismo que levaram a golpes de Estado e imposição de regimes ditatoriais. Foi nesse contexto que ativistas políticos de outros países da região (Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) também passaram a usar o território do Rio Grande do Sul como santuário ou local de entrada/saída dos seus respectivos países. Com a imposição da ditadura das Juntas Militares na Argentina, em 1976, se fechou o cerco sobre toda a região, tornando-a um “oceano inóspito e hostil” marcado pela aplicação das diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional contra todas as organizações revolucionárias, reformistas ou questionadoras do sistema vigente. A expansão da espiral da violência estatal pelo Cone Sul fez com que o Brasil - e o Rio Grande do Sul como território mais próximo -, apesar das restrições concretas ainda existentes, passasse a ser, nos anos 70, para muitos cidadãos chilenos, paraguaios e sobretudo, uruguaios e argentinos um porto relativamente seguro ou rota de escape dos cenários de devastação vividos nos seus países.

Foi nesse contexto de maior fechamento político regional que, apesar das dificuldades enfrentadas, muitos perseguidos políticos receberam ajuda concreta de grupos e organizações que, dentro de limites muito restritos de atuação, tentaram colaborar e proteger àqueles que procuravam solidariedade. Mas enquanto isso ocorria, os serviços de inteligência e de segurança dos aparatos repressivos regionais também agiam sobre esse cenário desencadeando ações de controle, vigilância, perseguição interna e colaborando ostensivamente entre si, agindo articuladamente em ações operativas contra todas aquelas pessoas identificadas como “subversivas”, independente da nacionalidade das mesmas. Cabe salientar que, no Rio Grande do Sul, em função dessa lógica securitista, todos os municípios de fronteira com a Argentina e o Uruguai foram transformados em Área de Segurança Nacional, com a conseqüente intensificação e redobramento da militarização e da ação repressiva dos órgãos de inteligência e segurança da ditadura brasileira.



5 O Cone Sul da solidariedade regional

A rede através da qual agiu o MJDH, permitiu superar fronteiras (enquanto barreiras), articulações estatais restritivas e a indiferença de certos setores da população das sociedades atingidas. Entidades de direitos humanos, associações de familiares de desaparecidos, associações sindicais, organizações políticas (legais ou clandestinas), grupos religiosos, organismos internacionais e indivíduos agindo por conta própria, contribuíram nessa luta de base universal. Junto com organizações e entidades como ACNUR, OAB, Comissão Justiça e Paz, Clamor, Anistia Internacional, Casa Padre Jorge, SERPAJ, Madres de Plaza de Mayo, entre tantas outras, o Movimento colaborou na denúncia dos crimes perpetrados pelas ditaduras da região e na retirada de militantes perseguidos. Essas iniciativas de resistência, solidariedade e denúncia acabaram conformando, a partir da práxis concreta dentro de um cenário tão fechado e atemorizador, uma rede informal constituída por organizações que, dependendo das circunstâncias, tanto agiram publicamente quanto de forma clandestina.

O acesso a fontes de informação precisa, checada, relativamente segura e a possibilidade de rápida capacidade de intervenção foram fatores fundamentais na construção das relações de parceria, confiança, solidariedade e reciprocidade que foram se estabelecendo entre as organizações que começaram a se perceber como vinculadas com o compromisso da defesa dos direitos humanos. Foi assim que essas organizações tiveram que agir mediante dinâmicas e estratégias de atuação e movimentação que não foram homogêneas nem padronizadas – fato quase impossível de ocorrer diante da eficiência dos serviços de inteligência da região; pelo contrário, ousadia e criatividade, contendo certa dose de sorte, foram fatores fundamentais, mas emoldurados em consistente base de planejamento. A vinculação entre essas organizações foi dado pelo entendimento de que existia um conjunto de valores, objetivos e projetos comuns que identificavam e definiam as parcerias. (SCHERER-WARREN, 2006:113) Simultaneamente, em contraposição, essa



compreensão permitiu, ainda, identificar as forças hostis a essa atuação e que, direta ou indiretamente, se relacionavam ou faziam parte da estrutura da violência estatal.

A procura de parcerias foi decorrência da magnitude do desafio a enfrentar - em um contexto repressivo destacado pela ausência de regras e instituições estatais às quais recorrer – bem como pela percepção de que o trabalho coletivo teria maiores chances de sucesso. Diante disso, a otimização das ações foi prioridade; assim se entende o esforço em reverberar eventos que, de alguma forma, pudessem comover a sociedade permitindo a consecução de resultados positivos onde o que estava em jogo, muitas vezes, era a própria sobrevivência dos perseguidos. (FRAGA, 2012)

Entre as características da rede informal que foi se estabelecendo na dinâmica da luta de resistência e na acolhida aos perseguidos de diferentes latitudes merece especial destaque à fluidez da mesma, especialmente no que se refere à circulação de informação (e suas formas de aferição), mensagens cifradas e códigos, relação de listas de contato e locais protegidos. Além disso, mesmo em conjunturas mais restritivas, objetivou-se a necessidade de garantir a manutenção dessa fluidez, mesmo incorrendo na diminuição dos seus fluxos e da sua intensidade e velocidade. O fundamental era deixar o canal aberto, mesmo que, em certas circunstâncias, parecesse abandonado.

Concomitantemente, o trabalho das organizações de direitos humanos que tomaram a iniciativa de agir em defesa dos perseguidos políticos desencadeou uma práxis conseqüente que, em algumas situações, extrapolou os limites do risco da sobrevivência das organizações e dos ativistas. Isso porque não ficou restrito à circulação de informações, mas se pautou pela ação, cumprindo com a premissa apontada por Milton Santos. (2002) Na prática, a opção pela ação resultou da articulação dos ativistas com as urgências geradas pela gravidade da situação dos direitos humanos na região ante as práticas generalizadas de tortura, encarceramento sem garantias, sequestro, desaparecimento e execução de pessoas.

Outro elemento a considerar é a dimensão da territorialidade da articulação e conexão da rede constituída. Essa constatação permite avaliar o alcance de uma interação que se manifesta em escala, vinculando protagonistas locais, regionais, nacionais e



transnacionais. A potencialização do alcance dessa atuação foi fundamental, como resposta à imposição da conexão repressiva regional e especificidades repressivas coordenadas, como no caso do Plano Condor. Consequentemente, o estabelecimento desses fluxos de solidariedade no espaço regional aprofundou e amplificou complexas relações essenciais para enfrentar os perversos efeitos da imposição do medo como prática cotidiana anestesiadora, tanto considerando o interior de cada um dos países da região, como de todos eles tomados em conjunto. Isto coincide com a ideia de que a rede pode ser entendida como “um espaço por onde se transita, emitindo, recebendo informações ou fazendo-as circular.” (PRAZERES, 2004:1) No caso concreto da dinâmica do cenário das Ditaduras de Segurança Nacional deve-se acrescentar que, além do citado trânsito de informação, houve o vital deslocamento das próprias pessoas que era necessário salvar (alvos diretos), bem como de suas famílias, pois estas, através da chantagem, eram usadas como iscas ou reféns.

Encerramos aqui esta primeira apresentação de esta pequena organização que teve um papel determinante na luta solidária contra as ditaduras do Cone Sul, e que para além do foco majoritário em situações envolvendo cidadãos uruguaios, também atuou em muitos casos relacionados com perseguidos políticos argentinos e, secundariamente, paraguaios e chilenos. Em um formato de rede solidária construída de acordo às necessidades das demandas urgentes, sua atuação teve um papel conseqüente nas denúncias de violação de direitos humanos no Cone Sul, recolheu as vozes dos que não eram ouvidos em seus países de origem e ajudou a resgatar das garras da repressão, interna ou coordenada, dezenas de militantes políticos e sociais. A medida que a pesquisa continua avançando, é possível resgatar o universo e a riqueza de cada caso em si, como possibilidade de elaborar uma interpretação de conjunto que redimensione e avalie este tipo de resistência no marco das Ditaduras de Segurança Nacional.



Referências Bibliográficas

FRAGA, Guilherme Barboza. *A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às Ditaduras do Cone Sul*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Trabalho de Conclusão de Curso, 86 p.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional. *História e Luta de Classes*, nº 4, julho 2007. p. 43-49.

_____. Elementos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006. p. 15-22.

PRAZERES, Michelle. Desafios da atuação em rede. *Ritz*, São Paulo, set. 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.